

Companhia ganha licitação para administrar seis cemitérios mesmo com um capital social 14 vezes menor do que o exigido no edital de concorrência

Vencedora sem requisito

LILIAN TAHAN

DA EQUIPE DO CORREIO

A empresa responsável pela administração dos seis cemitérios de Brasília venceu a concorrência que dá direito à concessão do serviço mesmo em desacordo com um requisito imposto no edital de licitação do governo. A Campo da Esperança Serviços Ltda, criada a partir de um consórcio de três firmas, foi registrada com um capital social — quantia declarada de investimento na ocasião de sua inauguração — de R\$ 10 mil, valor 14 vezes inferior ao exigido no edital de concorrência pública.

O contrato social referente à Campo da Esperança foi formalizado na Junta Comercial do DF em 22 de janeiro de 2002. Nele estão inscritas três sócias: Dinâmica Administração Serviços e Obras, Contil (Construção e Incorporação de Imóveis Ltda) e Brasília Empresa de Serviços Técnicos Ltda. Juntas, as três declararam abrir o consórcio com um investimento de R\$ 10 mil repartidos respectivamente em 69%, 30% e 1%. Em maio, a empresa fez um aditivo no qual aumentou o valor para R\$ 300 mil. Um mês antes, no entanto, o consórcio venceu a concorrência pública organizada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), que exigia um capital social mínimo de R\$ 1.438.868.

A diferença de patamar não significou nenhum impedimento para a empresa, que há cinco anos é responsável pela manutenção e administração dos cemitérios Campo da Esperança (Plano Piloto), São Francisco de Assis (Taguatinga), Santa Rita (Planaltina) e ainda dos que funcionam em Sobradinho, Gama e Brazlândia. Mas a irregularidade foi denunciada em uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do DF. A provocação do MP gerou uma decisão judicial que obrigou a empresa a aumentar para R\$ 1,5 milhão o capital social do consórcio.

Em 2003, a Campo da Esperança, até então formada por três proprietárias, perdeu um dos sócios. A Dinâmica — empresa pertencente à família da deputada distrital Eliana Pedrosa (atualmente secretária de Ação Social e Trabalho do GDF) — deixou a sociedade pouco depois de ela ser eleita para a Câmara Legislativa. O contrato firmado entre o Executivo e a Campo da Esperança tem validade de 30 anos, prorrogáveis por outros 30. A empresa tem o domínio de um negócio avaliado pelo governo em R\$ 71 milhões que rende um faturamento de R\$ 1,2 milhão ao mês. Desse total, 5%, ou R\$ 60 mil, é repassado ao governo todo quinto dia útil.

O contrato será investigado pela CPI dos Cemitérios, instalada na última terça-feira na Câmara Legislativa com a promessa de checar o desaparecimento de ossadas e avaliar os preços praticados em enterros. "A comparação do edital de licitação com o contrato social da empresa demonstra indício grave de irregularidade. É nossa obrigação investigar os detalhes sobre a concorrência", afirmou o distrital José Antônio Reguffe (PDT), integrante da comissão de inquérito.

A Campo da Esperança, por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que após a determinação judicial adequou o contrato social ao valor estipulado em juízo para R\$ 1,5 milhão e lembrou que a nova cifra é compatível com a quota prevista na licitação.